

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Julgue os itens a seguir, relacionados a desenvolvimento *web* em Java.

- 51 Utilizando-se o CSS3, é possível criar efeitos animados por meio do atributo `transform` em conjunto com *scripts*.
- 52 O JUnit considera que os resultados de um teste unidade não devem depender da ordem de execução e não permite que se interfira na ordem de execução de métodos de teste.
- 53 Em JDBC, o uso da interface `PreparedStatement` para a execução de consultas deve ser feito em casos específicos, já que a consulta é compilada em tempo de execução.
- 54 A partir do Java 8 é possível ter métodos concretos em interfaces, o que permite evoluir uma interface sem que haja comprometimento à compatibilidade.
- 55 Zend é um *framework* que facilita a implementação de códigos mais complexos e utiliza o padrão arquitetural MVC para garantir a estruturação das aplicações.

Julgue os itens a seguir, a respeito de desenvolvimento *web* em Java e de interoperabilidade de sistemas.

- 56 A possibilidade de um aumento de interdependências é uma limitação que deve ser considerada em sistemas de arquitetura orientada a serviços.
- 57 Além de ser muito utilizado em requisições AJAX em função de sua simplicidade, o JSON possibilita resolver o problema de domínios cruzados.
- 58 O desenvolvimento de aplicações disponibilizadas em múltiplas interfaces de usuário é facilitado pela utilização do modelo MVC, pois a principal característica deste é a existência de uma camada de regra de negócios totalmente isolada da interface de usuário.

Em relação a qualidade de *software* e análise estática de código-fonte, julgue os itens subsequentes.

- 59 Os critérios utilizados para avaliar a qualidade de *software* variam de acordo com o tipo de aplicação a ser avaliada.
- 60 De acordo com o princípio de *clean code*, o uso de polimorfismo deve ser evitado, uma vez que esse método dificulta o entendimento e, conseqüentemente, a manutenção do código.
- 61 Uma questão levantada pela ferramenta SonarQube pode ser classificada como *wont fix* se essa questão resultar de uma avaliação equivocada feita pela ferramenta.
- 62 A adoção de um processo de desenvolvimento de *software* de qualidade garante a qualidade do produto de *software* desenvolvido.

Com relação ao ITIL v4 e ao COBIT 2019, julgue os seguintes itens.

- 63 As quatro dimensões do ITIL v4 estão agregadas por um elo central chamado valor, que se refere à entrega de valor dos produtos e serviços ao cliente.
- 64 O ITIL v4, apesar de sua prática geral voltada à gestão de serviços, carece de abordagens referentes a tecnologias emergentes, como computação em nuvem, aprendizagem por máquinas e *blockchain*.
- 65 Entre os princípios de um sistema de governança indicado pelo COBIT, destaca-se a fusão da governança com a gestão na organização.
- 66 De acordo com os princípios que, conforme o COBIT, norteiam a sua construção, uma estrutura de governança deve basear-se em um modelo conceitual, alinhado aos principais padrões, devendo, ainda, ser aberta e flexível.
- 67 Segundo a NBR ISO/IEC n.º 38500:2015, responsabilidade, estratégia, aquisição, desempenho, conformidade e comportamento humano são os princípios da governança de TI.
- 68 O domínio BAI (*build, acquire, and implemente*) do COBIT tem como objetivo implementar a prestação de suporte aos serviços de TI e da segurança.

Acerca de gerenciamento de projetos, julgue os itens subsequentes à luz da 7.ª edição do guia PMBOK.

- 69 Aprimoramento contínuo, transferência de conhecimento e gerenciamento de mudanças é uma das principais capacidades de um escritório de gerenciamento de projetos, conforme o guia em apreço.
- 70 Na 7.ª edição do guia PMBOK, atividades e resultados são as novas formas de se referir aos processos e saídas.
- 71 Entre os modelos que representam um processo na 7.ª edição do PMBOK, destacam-se os modelos de comunicação, motivação e mudança.
- 72 Analisar os riscos é uma atividade contida no domínio de desempenho da medição.
- 73 A composição e a estrutura da equipe do projeto fazem parte do domínio de desempenho das partes interessadas.
- 74 Criar um ambiente colaborativo para as equipes de projeto é um dos princípios do gerenciamento de projetos.

Com base no MPS.BR, julgue o seguinte item.

- 75 O modelo MPS para serviços (MPS-SV) complementa o MPS para *software* (MPS-SW) e é indicado para a avaliação da conformidade da organização com relação às melhores práticas do desenvolvimento de *software*.

Com base nas normas ABNT NBR ISO/IEC n.º 27001:2013 e ABNT NBR ISO/IEC n.º 27002:2013, julgue os itens a seguir, a respeito da gestão de segurança da informação.

- 76 Ao constatar a ocorrência de não conformidades, a organização deve adotar a ação corretiva de retenção de informação documentada como evidência da responsabilização pessoal dos envolvidos e do trâmite disciplinar correcional.
- 77 Para o registro de todos os acessos físicos aos ambientes da organização são convenientes a manutenção e o monitoramento seguros de trilha de auditoria eletrônica ou de livro de registro físico.
- 78 O tempo máximo de duração de acordos de confidencialidade e de não divulgação está limitado ao tempo de existência da relação entre as partes, não sendo, portanto, admitidas situações em que a confidencialidade se mantenha indefinidamente.

A respeito da aquisição, do desenvolvimento e da manutenção de sistemas e das responsabilidades e papéis pela segurança da informação, julgue os itens subsequentes à luz da norma ABNT NBR ISO/IEC n.º 27002:2013.

- 79** Mesmo que a organização atribua a um gestor a responsabilidade global por desenvolver e implementar a segurança da informação, é relevante que a responsabilidade por pesquisar e implementar os controles permaneça com os gestores individuais dos ativos.
- 80** A identificação dos requisitos de segurança da informação e integração dos processos associados deve ocorrer nos estágios finais dos projetos de desenvolvimento dos sistemas de informação.

Julgue os próximos itens, relativos a segurança da informação no gerenciamento de projetos, segurança em recursos humanos, gestão de incidentes de segurança da informação e a aspectos pertinentes à segurança da informação na gestão da continuidade do negócio.

- 81** No gerenciamento de projetos da organização, convém que as responsabilidades pela segurança da informação sejam definidas e alocadas para papéis específicos definidos por meio dos métodos de gerenciamento de projeto.
- 82** A partir de suspeitas mínimas de uma violação de segurança da informação por um colaborador, mesmo que ainda não tenha ocorrido uma verificação de que realmente houve a violação, é recomendada a imediata abertura de um processo disciplinar, de modo a minimizar os riscos de uma exposição maior dos ativos da organização.
- 83** Na ausência de um planejamento organizacional formal de continuidade do negócio e de recuperação de desastre, é indicado que a gestão da segurança da informação assuma que os requisitos de segurança da informação em situações adversas permanecem inalterados em relação às condições de operação normal.
- 84** Especialmente por questões de confidencialidade, e como forma de minimizar a exposição de potenciais fragilidades do ambiente organizacional, convém evitar o uso de casos de incidentes atuais de segurança da informação em treinamentos ou palestras, optando-se, nesses eventos, pelo uso exemplificativo de lições técnicas aprendidas com a solução de casos de incidentes passados.

Com base na norma NBR ISO/IEC n.º 27005:2011, julgue o item seguinte, a respeito de gestão de riscos e continuidade de negócio.

- 85** Conforme a norma em apreço, um controle implementado que funcione mal ou que seja usado incorretamente é incapaz de representar por si só uma vulnerabilidade, o que ocorrerá somente se houver uma ameaça associada.

Julgue os itens subsequentes com base no Plano Diretor de Tecnologia da Informação do CNMP 2019/2021 e na Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 3/2013.

- 86** Conforme a resolução conjunta em questão, os sistemas de tramitação e controle processual judicial descontinuados, cujos dados não possam ser migrados para o sistema que utilize o Modelo Nacional de Interoperabilidade, deverão ser mantidos, para efeito de consulta, por prazo indeterminado.
- 87** De acordo com o plano diretor em apreço, o índice de testes de recuperação bem-sucedidos é um indicador tático para o objetivo de contribuição que visa aprimorar a segurança nos ativos de TI.

Em contrato assinado junto ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), baseado em termo de referência desenvolvido pela equipe de contratação, constam as seguintes cláusulas.

- I O pagamento do item 1 do objeto — licença perpétua do sistema — se dará da seguinte forma: 50% após o termo de aceite provisório e os demais 50% após o aceite definitivo da entrega das licenças mediante a emissão da nota fiscal pela contratada.
- II O pagamento do item 2 do objeto — suporte técnico e manutenção mensal — se dará mensalmente, e se iniciará ao final do primeiro mês de manutenção prestada, durante o período de garantia de 12 meses a contar da data do termo de recebimento do definitivo do item 1 do objeto.
- III Em relação ao valor da nota fiscal, a contratante fará as retenções devidas ao INSS e as dos impostos e contribuições previstas na instrução normativa SRF n.º 1234, de 11/01/2012.
- IV Será aplicada multa de 2% sobre o valor mensal do contrato, a cada ocorrência em que a contratada por motivo de negligência, imprudência ou imperícia na execução das atividades contratuais, causar qualquer dano físico ou lógico aos equipamentos da CNMP.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 88** Cabe ao fiscal administrativo a emissão da nota fiscal do contrato em questão.
- 89** Cabe ao fiscal técnico do contrato tanto a confecção quanto a assinatura do termo de recebimento provisório mencionado na cláusula I, quando da entrega do objeto.
- 90** Devido ao princípio dos critérios de remuneração por esforço versus produto, o recebimento do item 2 do objeto não pode ser vinculado ao recebimento do item 1 do objeto.
- 91** Considerando-se a cláusula IV, é vedada pela Resolução CNMP n.º 102/2013 a inserção de cláusulas e indicadores de nível de serviço no contrato de soluções de TI, caso em que devem ser aplicadas, garantida a prévia defesa, multas e(ou) glosas específicas quando do recebimento do objeto, que obedecerão a uma escala gradual para as sanções recorrentes.
- 92** Com relação à cláusula IV, a verificação das regularidades fiscais e das regularidades trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento está a cargo do fiscal administrativo do contrato.
- 93** No caso de descumprimento da cláusula III, caberá ao gestor do contrato o encaminhamento de indicação de sanções para a área administrativa.

De acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações, julgue os itens subsequentes.

- 94** Na modalidade diálogo competitivo, uma vez que o órgão contratante tenha apresentado previamente uma ou mais alternativas capazes de atender a suas necessidades, caberá aos licitantes apresentarem, antes do encerramento dos diálogos, propostas em que o julgamento se dará com base no maior retorno econômico.
- 95** O pregão consiste na modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, devendo ser necessariamente adotado o critério de julgamento do menor preço.
- 96** O contrato que previr a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter a vigência máxima de 10 anos.

De acordo com a resolução CNMP n.º 89/2012, julgue o próximo item.

- 97** Em relação às informações protegidas por sigilo, a resolução veda à administração a exigência de que sejam declarados os motivos determinantes da solicitação de informação de interesse público.

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, julgue o item que se segue.

98 Uma informação é definida como sigilosa quando possui restrição permanente e perdurável quanto ao acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança do cidadão.

Com base na Lei Geral de Proteção de Dados, julgue os itens a seguir.

99 No caso de haver tratamento de dados pessoais, coletados no território nacional, realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos, a Lei n.º 13.709/2018 deve ser aplicada.

100 Podem ser considerados como dados pessoais sensíveis tanto os dados referentes à saúde quanto os dados referentes à opinião política ou à convicção religiosa.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

101 A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.

102 O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.

103 As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.

104 A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

105 O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.

106 O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.

107 Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

108 As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.

109 As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.

110 A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

111 Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.

112 É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.

113 A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

114 No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.

115 No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.

116 O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

117 Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.

118 O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

Com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

119 As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

120 São formas de provimento de cargo público a nomeação, a promoção, a readaptação, a reversão, o aproveitamento, a reintegração e a recondução.